PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE CONTROLADORIA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO Relatório Trimestral Julho/Agosto/Setembro IBPREV

BRUSQUE 2022

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 METODOLOGIA	3
2.1 SIGLAS E ABREVIAÇÕES	3
3 ANÁLISE DAS GRANDES ÁREAS DE ATUAÇÃO DO RPPS	4
3.1 ÁREA ADMINISTRATIVA	4
3.3 INVESTIMENTOS	6
3.4 ATUARIAL	7
3.5 BENEFÍCIOS	7
3.6 ATENDIMENTO	9
3.7 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	11
3.8 JURÍDICA	11
3.9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12
4 – CONCLUSÕES	12
5 – RECOMENDAÇÕES	12

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta o desempenho geral do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, criado e regido pela Lei Complementar nº 174 de 20 de setembro de 2011.

Têm por finalidade avaliar o cumprimento dos programas, orçamentos, metas, legalidade, eficácia e eficiência dos atos de gestão, verificar a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas, e assim atender os requisitos contidos no Manual do Pró-Gestão RPPS, versão aprovada em 12/12/2022.

Os mapeamentos e manuais estabelecidos como padrão no processo, que são critérios de análise do presente relatório podem ser consultados no site institucional do IBPREV, disponível em http://www.ibprev.sc.gov.br.

Este relatório refere-se ao 3° trimestre de 2022 e abrange as Grandes Áreas de Atuação do RPPS, contidas ao Anexo 7 do Manual do Pró-Gestão RPPS, versão aprovada em 03/04/2019.

2 METODOLOGIA

O relatório foi elaborado a partir da análise dos dados e relatórios contábeis e financeiros disponibilizados pelo IBPREV em seu portal da transparência e informados a Controladoria Municipal por meio de e-mail.

No decorrer do Trimestre verificou-se processos de concessão de benefícios previdenciários – Aposentadorias e Pensões – concedidos até o período avaliado, nos termos da IN TC/SC nº 11/2011, conforme checklist e documentos anexos enviados pelo Instituto por meio eletrônico à análise e parecer de regularidade emitido pela Controladoria Municipal de Brusque, correlacionando ao manual e mapeamento do processo.

2.1 SIGLAS E ABREVIAÇÕES

APR - Autorização de Aplicação e Resgate;

CGM – Controladoria Geral do Município;

COMPREV – Compensação Previdenciária entre Regimes;

DOM – Diário Oficial dos Municípios;

POP - Procedimento Operacional Padrão;

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social;

TCE/SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

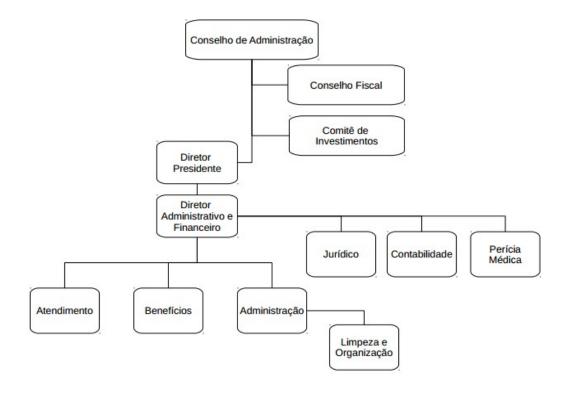
TI - Tecnologia da Informação;

3 ANÁLISE DAS GRANDES ÁREAS DE ATUAÇÃO DO RPPS

3.1 ÁREA ADMINISTRATIVA

O setor administrativo demonstra ter as atividades dos servidores segregadas e definidas por manual e organograma da estrutura, com as alçadas de responsabilidades, conforme organograma apresentado:

Segregação das Atividades



3.2 ARRECADAÇÃO E FINANÇAS

Quanto à arrecadação, o maior volume de recursos advém de repasses, os quais são efetuados mensalmente, não havendo valores a receber, bem como não há parcelamentos de repasses e ou contribuições previdenciárias.

Valor dos repasses:

REPASSES RECEBIDOS NO PERÍODO – JULHO À SETEMBRO/2022					
Contribuições Servidores 4.138.407,87					
Contribuições Patronal	4.509.320,99				
Aporte para cobertura deficit Atuarial	1.649.181,72				
Transferências do Tesouro – Plano Financeiro	2.511.261,46				
TOTAL	12.808.172,04				

Até o fim do 3º trimestre, a arrecadação anual da entidade, considerando receitas orçamentárias e não orçamentárias, foi de **R\$ 15.838.807,85**, sendo que destes **R\$ 12.808.172,04** resultaram de repasses recebidos de contribuições de patrimoniais, de servidores, além do Aporte para Cobertura Deficit Atuarial e Transferências do Tesouro, o que corresponde a 80,86% da arrecadação. O resultado da receita abaixo do valor dos repasses, observado no trimestre, deve-se à rentabilidade negativa da carteira de investimentos.

No quadro abaixo se apresenta o resultado financeiro do Instituto:

Competência	Receita	Despesa	Superavit
Julho	1.761.216,42	2.791.074,67	-1.029.858,25
Agosto	7.591.095,02	2.795.193,85	4.795.901,17
Setembro	6.486.496,41	2.800.008,39	3.686.488,02
Total	15.838.807,85	8.386.276,91	7.452.530,94

Confrontando a despesa no valor de R\$ **8.386.276,91**, em relação à arrecadação, a entidade obteve um superavit de R\$ **7.452.530,94** até no período em análise.

A entidade mantém o envio das demonstrações contábeis aos órgãos de fiscalização, aplicando-se o definido na lei orçamentária municipal, bem como presta contas ao TCE/SC nos prazos legais.

3.3 INVESTIMENTOS

A Política de Investimento segue os limites regulados pela Resolução CMN nº 3922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4695/2018, conforme demonstra o quadro a seguir:

	Classificação	Limite	Realizado em Julho	Realizado em Agosto	Realizado Setembro
	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' a '	100%	0,00%	0,00%	0,00%
	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '	100%	65,77%	71,23%	72,77%
Renda Fixa	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '	60%	15,20%	9,98%%	9,41%
I IXG	Artigo 7º, Inciso V, Alínea ' a '	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	Artigo 7º, Inciso V, Alínea ' b '	5%	0,00%	0,00%	0,00%
	Artigo 8º, Inciso I	30%	6,96%	7,32%	7,18%
Renda	Artigo 10º, Inciso I	20%	7,62%	7,27%	6,67%
Variável	Artigo 11°	10%	0,10%	0,10%	0,10%
	Desenquadrado – RV	5%	0,09%	0,09%	0,09%
Exterior	rior Artigo 9°, Inciso II		0,71%	0,69%	0,65%
	Artigo 9°, Inciso III	10%	3,55%	3,35%	3,12%

O IBPREV possui um saldo de investimentos de **R\$ 222.424.603,55**, os quais estão distribuídos da seguinte forma:

Tipo de investimento	Valor	%
Fundos de Investimentos – Renda Fixa	182.802.157,23	82,19%
Fundos de Investimentos – Renda Variável	39.622.446,32	17,81%

Área de investimentos está mapeada e manualizada, conforme demonstra a tabela a seguir:

MANUAIS PADRONIZADOS						
Número do Data de Data da POP Validação Revisão						
05	01/07/2019	01/07/2019	Elaboração da Política de Investimentos			

06	01/07/2019	01/07/2019	Credenciamento das Instituições Financeiras
07	01/07/2019	01/07/2019	Autorização de Aplicação e Resgate - (APR)

Quanto a verificação de execução do processo, no período avaliado, fica impossibilitado a avaliação de evidência quanto aos Processos nº 05 e 06, por não haverem realizado as atividades referentes a Elaboração da Política de Investimentos e Credenciamento das Instituições Financeiras. Assim atentamos a verificação da divulgação da Política de Investimentos e resultados dos investimentos, bem como, da verificação da devida divulgação das instituições já credenciadas anteriormente, por meio do site institucional.

Quanto à execução do POP nº 07 – Autorização de Aplicação e Resgate – (APR), este foi possível de análise, onde verificado a emissão dos APR's estão em acordo com o manual, quando comparado as atas do Comitê de Investimento com o plano de investimento mensal e a Autorização de Aplicação e Resgate – (APR) emitida. As autorizações atendem as normas da Secretaria da Previdência, estão assinadas, assim como a devida publicação no site institucional.

Conclui-se pela conformidade do processo da área de Investimento.

3.4 ATUARIAL

Em relação à Avaliação Atuarial, o IBPREV realiza anualmente reavaliação e envio do DRAA até 31/03 de cada ano à Secretaria de Previdência/MF. O estudo de Avaliação Atuaria foi emitido em 01/02/2022, o qual tem como data base 31/12/2021 e está disponível para consulta no site institucional.

Apresenta atualmente deficit técnico atuarial, porém foi implantado o plano de amortização, apresentando equilíbrio atuarial. Importante ressaltar ainda que a autarquia apresenta superavit financeiro.

O órgão disponibiliza em seu site Relatório de Gestão Atuarial, elaborado no último trimestre do ano.

3.5 BENEFÍCIOS

O plano de benefício é compreendido pelo artigo 33 da Lei Complementar nº 174/2011, como segue:

- I Quanto ao servidor:
- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;
- e) aposentadoria especial;
- f) auxílio-doença;
- g) salário-família; e
- h) salário-maternidade.
- II Quanto ao dependente:
- a) pensão por morte; e
- b) auxílio-reclusão.

A concessão dos benefícios segue a previsão legal contida na CF/88 e na Lei Complementar nº 174/2011.

	MANUAIS PADRONIZADOS							
Número do POP	Data de Validação	Data da Revisão	Tema					
01	01/08/2019	01/08/2019	Processo de Aposentadoria Voluntária					
02	01/08/2019	01/08/2019	Processo de Aposentadoria por Invalidez					
03	01/08/2019	01/08/2019	Processo de Aposentadoria Compulsória					
04	01/08/2019	01/08/2019	Pensão por Morte					
11	30/10/2019	30/10/2019	Processo de Aposentadoria Voluntária Especial					
12	30/10/2019	30/10/2019	Processo de Revisão de Benefício de Pensão por Morte					
13	30/10/2019	30/10/2019	Processo de Revisão de Benefício de Aposentadorias					

Operacionalmente verificam-se os processos de Aposentadoria e Pensão devidamente manualizados e mapeados, conforme demonstra a tabela acima.

Número do processo	Nome	Tipo de Benefício	Data de Concessão	Data de Publicação DOM	Parecer Controladoria Municipal	Data de Envio TCE/SC
017/2022	Silvia Eliane Roso da Silva	Aposentadoria	11/07/2022	13/07/2022		
035/2022	Valdir da Silva	Aposentadoria	11/07/2022	13/07/2022		
064/2022	Altair Pacheco	Aposentadoria	11/07/2022	13/07/2022		
005/2022	Elias Gabriel Contesini	Aposentadoria	11/07/2022	13/07/2022		
070/2022	Oto João Lombardi	Aposentadoria	11/07/2022	13/07/2022		
090/2022	Maria Bernardete Petris	Aposentadoria	18/07/2022	19/07/2022		
072/2022	Agostinho Martins	Aposentadoria	29/07/2022	02/08/2022		
097/2022	Nereide Aparecida Alexandre	Pensão	03/08/2022	04/08/2022		
	da Silva Vechi					
096/2022	Neusa Torresani Furbringer	Pensão	08/08/2022	09/08/2022		
106/2022	Sandra Regina Gonçalves	Pensão	15/08/2022	19/08/2022		
094/2022	José Natal Vicentini	Aposentadoria	15/08/2022	17/08/2022		
115/2022	Marco Antônio Cortelazzo	Aposentadoria	06/09/2022	09/09/2022		
104/2022	Amarildo Coelho	Aposentadoria	08/09/2022	09/09/2022		
105/2022	Maria de Fátima de Moura do	Aposentadoria	08/09/2022	09/09/2022		
	Couto					
131/2022	Oscar Ferreira dos Santos Jr.	Pensão	20/09/2022	21/09/2022		
	e Filho					
110/2022	Marlene Kuchembecker	Aposentadoria	29/09/2022	03/10/2022		

3.6 ATENDIMENTO

A autarquia oferece site institucional que atende os requisitos da transparência, cordialidade no tratamento do segurado, disponibiliza também canais de ouvidoria e atendimento remoto, contudo encontra-se desatualizado.

A transparência ativa pode ser realizada por meio do site institucional: www.ibprev.sc.gov.br, onde se pode verificar a divulgação, de maneira transparente, da gestão do Instituto. Também está disponível no Portal da Transparência do Município, filtrando a unidade gestora, tendo assim acesso as informações legais exigidas. A transparência passiva, da mesma forma, pode ser solicitada no Portal da do Município, através de pedidos de acesso a informação, ou ainda, ser deixada na caixa de sugestões.

No 3º trimestre, foram abertas e concluídas as seguintes ouvidorias:

	OUVIDORIA							
ID	CANAL	RECLAMANTE	MÊS	DATA DE ABERTURA	TIPO DE OCORRÊNCI A	DETALHAMENTO DA OCORRÊNCIA	STATUS	RESPONSÁVEL
18	Caixa de Sugestões	Sem identificação	7	Sem data	Pesquisa de satisfação	Melhor salário para professores; convênio médico – Unimed e dentista	Concluído	Joana – Administrativo
19	Caixa de Sugestões	Sem identificação	7	Sem data	Pesquisa de satisfação	Salário compatível com o valor do professor que ensina toda função e recebe	Concluído	Joana – Administrativo
20	E-mail	CMEI Marli Teresinha Benvenutti Buss	7	08/07/2022	Solicitação	Boa tarde. Peço que autorizem o desconto em folha da minha UNIMED, ou me façam uma justificativa por escrito do motivo de não poder ser descontado. A propósito, o telefone desta instituição está com defeito, estou tentando ligar desde ontem e ninguém atende.	Concluído	Joana – Administrativo

A ouvidoria utilizada é a disponível pelo município, através do fone 156 ou acesso online no portal de serviços do IBPREV.

3.7 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O órgão mantém contrato n° 008377-2022.P, entre município de Brusque/IBPREV e empresa de Tecnologia e informações da Previdência – DATAPREV S.A. CNPJ:42.422.253/0001-01.

Objeto: Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV. Conforme processo de inexigibilidade n° 001/2022 no valor de R\$ 36.000,00, com período de vigência de 60 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Pedro Neto de Oliveira.

Todos os processos de Aposentadoria e Pensão por Morte, após o devido registro ao TCE/SC, são incluídos ao sistema requerendo a devida compensação.

3.8 JURÍDICA

Possuí Procurador Municipal 40 horas semanais, para atender todas as demandas jurídicas do instituto como emissão de pareceres em processos de concessão de benefícios, revisão legal, defesa em processos judiciais e cumprimento de decisões judiciais.

3.9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Área de Tecnologia da Informação está mapeada e manualizada, conforme demonstra a tabela a seguir:

MANUAIS PADRONIZADOS						
Número doData deData daTemaPOPValidaçãoRevisão						
08	23/10/2019	23/10/2019	Tecnologia da Informação – Contingência			
09	23/10/2019	23/10/2019	Tecnologia da Informação – Controle de Acesso			

Quanto a execução dos processos manualizados neste item, foi realizada visita in loco, onde solicitou-se aos servidores que reiniciassem seus equipamentos de informática, assim como o login ao sistema de informação, para aferir se os requisitos de segurança estão sendo respeitados, podendo notar que em todos os testes foram necessários a inclusão de senha para o acesso; quanto ao arquivo físico, os acessos estavam fechados conforme prevê o POP nº 09 – Tecnologia da Informação – Controle de Acesso.

A execução do POP nº 08 – Tecnologia da Informação – Contingência, foi apresentado pelo responsável pelas cópias de segurança que demonstrasse a execução dos procedimentos de backup e de teste de eficácia da cópia. Não foi possível a execução de restauração de arquivos pelo impacto as atividades do instituto, ademais processo executado satisfatoriamente.

Conclui-se pela conformidade do processo da área de Tecnologia da Informação.

12

4 - CONCLUSÕES

Diante todo exposto, dos documentos e processos avaliados, entendemos

que os procedimentos dos processos de concessão de aposentadoria e pensões

adotados, não atendem os requisitos da boa prática de gestão. Considerando que

aposentadorias estão sendo concedidas e os beneficiários gozando dos plenos

direitos no recebimentos dos seus proventos, sem que os órgãos de controle

(Controladoria Municipal e TCE-SC) se manifestem sobre sua concessão e

consequentemente ordenem os seus registros, e por falta de envio ao Tribunal de

contas do Estado para a apreciação, como constatado na sala virtual da Corte de

Contas.

5 - RECOMENDAÇÕES

Recomendamos à Autarquia Municipal de Previdência, observar e cumprir

estritamente o que preconiza o art. 2° da IN TC 11/2011, relativamente aos prazos

de encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado dos documentos de

aposentadorias e pensão a fim de obter registro, razão da recomendação é

decorrente de aposentadorias concedidas chegam ao órgão de controle com atrasos

recorrente.

Recomendamos atualização do sítio de transparência da Autarquia IBPREV

e realizar as publicações tempestivamente, conforme LC 101/2000, Art. 48 § 1º

inciso II. Essas condições da transparência realizada pelo instituto já foi motivo de

orientação em auditorias e relatórios produzido anteriormente.

Recomendamos se não fez, faça a revisão e atualização dos POP's

considerando a evolução e desenvolvimento dos processos e novas legislações que

entraram em vigor.

DANIEL Assinado de forma digital

FELICIO: por DANIEL FELICIO:946361

92915 Drniel Felicis

929Matrícuja 3842 100' Controlador Municipal Controladoria Municipal